

## **De parceiro a antípoda: o novo local do Brasil na política paraguaia?<sup>1</sup>**

Rômulo Estevan Schembida de Oliveira – Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

[romuloschembida@hotmail.com](mailto:romuloschembida@hotmail.com)

### **Resumo:**

O trabalho analisa as relações Brasil-Paraguai, foca-se na relação construída entre os dois países ao longo do regime autoritário paraguaio e na progressiva mudança desta relação a partir da abertura democrática até a queda de Fernando Lugo. A hipótese da pesquisa é que com a democratização o Paraguai, partindo das disputas internas entre os grupos sociais e políticos, passou-se a reanalisar alguns termos da relação bilateral, firmados durante a ditadura militar, bem como se passou a buscar maior autonomia frente o seu vizinho. Nesta conjuntura, cabe a pergunta de qual é o novo papel do Brasil na política guarani? Este papel se mantém com a mesma importância que ocupou durante a era Stroessner? O artigo baseia-se em pesquisa documental, prevalecendo autores das áreas de sociologia, ciência política e relações internacionais, como também material impresso e digital de jornais e revistas brasileiros e paraguaios.

Palavras-chave: Relações Brasil-Paraguai, política externa paraguaia, democratização

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Quarto Congresso Uruguaio de Ciência Política. “La Ciencia Política desde el Sur”. Associação Uruguaia de Ciência Política, 14-16 de novembro de 2012.

## **Introdução:**

O artigo analisa as relações Brasil-Paraguai, partindo da relação construída entre os dois países ao longo do regime autoritário de Alfredo Stroessner (1954-1989). Foca-se na progressiva mudança desta relação a partir da abertura democrática, até a queda de Fernando Lugo e suas implicações no que se refere ao papel de protagonista que o Brasil tem exercido na região.

O Partido Colorado iniciou sua trajetória de poder no regime autoritário e permaneceu durante as primeiras eleições democráticas. Fernando Lugo interrompeu este ciclo de 61 anos de hegemonia colorada em 2008, com a *Alianza Patriótica para el Cambio*. Baseou sua campanha em três pilares fundamentais: 1) renegociar o acordo de Itaipu; 2) aumentar os impostos dos produtores agrícolas (grupo formado majoritariamente por brasileiros); e 3) rever os contratos de terra dos brasileiros no país, visando promover a reforma agrária. Nesse contexto, o Brasil, que fora um dos principais parceiros do Paraguai durante a era colorada, passa a ser associado pela esquerda e por parte da opinião pública ao nebuloso período autoritário.

No entanto, durante o mandato do ex-bispo da Igreja Católica, a identificação do presidente paraguaio com os governantes brasileiros permitiu a manutenção de uma relação estreita entre os países. Mesmo que existissem pontos de divergência e momentos de tensão nesta relação, como no que se refere ao recrudescimento da violência envolvendo brasileiros estabelecidos no Paraguai e campesinos locais, bem como a forte posição de Lugo demandando termos mais favoráveis ao seu país no acordo de Itaipu.

Com o impeachment do presidente da *Alianza Patriótica para el Cambio*, o Paraguai é acusado pelos seus vizinhos sul-americanos de atacar os princípios da democracia, sendo temporariamente suspenso do Mercosul e da Unasul. Nesta conjuntura, o país, liderado pelo Partido Liberal Radical Autêntico, sinaliza efetivar novas parcerias com outros jogadores, ameaça endurecer ainda mais o discurso no que se refere ao acordo de Itaipu, e assim, tenta diminuir a influência que o Brasil tem exercido no país desde a ditadura de Stroessner. Nesta conjuntura, cabe a pergunta de qual é o novo papel do Brasil na política guarani? Este papel se mantém com a mesma importância que ocupou durante a era Stroessner?

A hipótese deste trabalho é que com a abertura política os grupos em disputa passaram a associar os acordos firmados entre Brasil e Paraguai, durante a ditadura

stronista, com o período autoritário. Esta associação permitiu a emergência de um novo ator na arena política, que teria a incumbência de reformular alguns pontos dessa agenda. Com a queda de Lugo e suspensão do Paraguai dos blocos sul-americanos, o país passa a buscar novos parceiros, tentando afastar a prevalência brasileira no país desde a era Stroessner.

O trabalho está baseado em pesquisa qualitativa de caráter documental. Utiliza diversos artigos de autores das ciências sociais, ciência política e relações internacionais, bem como material de jornal impresso e eletrônico. O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, realiza um panorama das relações Brasil-Paraguai mostrando como se efetiva uma agenda mais estreita entre os dois países com a chegada de Alfredo Stroessner. Na seção seguinte, testa a hipótese de que com a democratização os novos atores em disputa passam a associar os acordos firmados com o Brasil ao período autoritário, permitindo a ascensão de um novo grupo político ao poder. A queda de Lugo e a suspensão paraguaia do Mercosul e Unasul pune, por um lado, o Paraguai por não ter, conforme seus vizinhos, respeitado os princípios democráticos. Por outro lado, deixa o país livre para negociar com outros atores e endurecer seu discurso com o Brasil.

### **Chegada de Stroessner e aproximação brasileira**

Ao longo dos 35 anos da ditadura de Alfredo Stroessner, as relações Brasil-Paraguai foram estreitadas, marcando o início de importantes acordos que mudariam a história entre os países. Dentre eles, destacam-se a construção da Ponte da Amizade e da hidroelétrica de Itaipu, junto ao ingresso de um grande contingente de agricultores brasileiros em terras paraguaias. Com o fim do regime autoritário, parte desses acordos passou a ser alvo de crítica pelos grupos sociais e políticos do país, associando-os como herança da ditadura *stronista*. A chegada de Fernando Lugo ao poder, deve-se muito à expectativa que seu nome gerou no que se refere à efetivação de “um discurso mais duro” com o Brasil, em especial sobre a questão do acordo de Itaipu.

Segundo o cientista político paraguaio Jorge Luís Simón G. (2000), durante todo o regime autoritário, Alfredo Stroessner (1954-1989) utilizou a política externa em benefício próprio; primeiro, para consolidar-se no poder, e, depois, para manter-se nele até o violento desenlace de sua crise final. Neste contexto, o general soube jogar com o contexto geopolítico internacional e com as rivalidades regionais entre Brasil e

Argentina para granjear benefícios políticos e econômicos para seu grupo (Simón G., 2000; Rolon, 2011; Kfuri e Lamas, 2008).

O bom relacionamento de Stroessner com os dirigentes do Brasil (que também passava por uma ditadura militar) e o desejo de superar a dependência com Buenos Aires, levaram-no a abrir a região de fronteira para a entrada de imigrantes brasileiros. Em 1963, suspendeu a lei que impedia a compra de terras para estrangeiros, num raio de 50 km da fronteira<sup>2</sup>. Em pouco tempo, os agricultores brasileiros foram adquirindo terras e introduzindo a cultura da soja nos departamentos do leste paraguaio. Até os anos 1950, a presença de brasileiros no Paraguai era reduzida, formada em sua maioria por grandes latifundiários. Uma das barreiras que impedia o avanço era a divisão física imposta pela separação entre os países pelo Rio Paraná.

A ação de abrir as portas do Paraguai certamente não teria a mesma eficácia caso ainda existisse a barreira geográfica. Neste sentido, praticamente no mesmo período da legalização da compra de terras por estrangeiros (1963), Stroessner conseguiu junto ao governo brasileiro recursos para construir a Ponte da Amizade (1965). Tendo em vista escoar mercadorias, e afastar a dependência para com Buenos Aires, é desenvolvido um aparato infraestrutural sustentado pelo capital brasileiro<sup>3</sup>.

Com o financiamento brasileiro foram construídas estradas como as que ligam Assunção a Puerto Stroessner (atual Ciudad de Este) e Concepción a Pedro Juan Caballero, na fronteira com o Brasil. [...] Na década de 50, ainda, foi estabelecido o “porto livre” de Paranaguá e inaugurada a Ponte da Amizade, construída totalmente com capital brasileiro e que rendeu enormes dividendos políticos (Moraes, 2000, p. 53).

A estreita relação de Stroessner com militares brasileiros, também facilitou o início das tratativas referente ao acordo de Itaipu, em 1966. Após um longo período de conversas, em 1973, foi assinado o acordo visando a construção da hidroelétrica que seria estratégica para suprir as demandas por energia dos dois países. Depois de concluída, em 1981, Itaipu chagaria a abastecer 90% da energia utilizada no Paraguai e 20% de toda energia consumida no Brasil<sup>4</sup>. No entanto, “apesar de o Paraguai ser o país da energia, o serviço elétrico é acessível apenas a 80,9% da população” (Soares, 2007).

---

<sup>2</sup> Ver Albuquerque (2005b).

<sup>3</sup> Com a construção da ponte, o Paraguai ganhou um canal de escoamento para suas mercadorias, pelas estradas brasileiras, que seriam levadas ao porto de Santos.

<sup>4</sup> Folha de S. Paulo – Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u485484.shtml>  
Acesso: 13/09/2011.

O custo da obra foi bancado pelo governo brasileiro, que obteve recursos através de fundos internacionais. No acordo original, cada país tinha direito a metade de toda a energia produzida na usina. Na medida em que a demanda energética do Paraguai era inferior a sua parcela sobre a produção de Itaipu, foi acordado que o país venderia o excedente para o Brasil por um preço inferior ao de mercado como forma de pagar os valores investidos na construção<sup>5</sup>.

O acréscimo infraestrutural e energético caracterizou um período inédito de crescimento econômico no Paraguai. Tal crescimento está associado ao impacto que a usina passou a desempenhar na economia local, bem como os primeiros reflexos que a soja produzida pelos brasileiros insidia sobre a economia, como mostra a tabela 1.

**Tabela 1 – Evolução do crescimento econômico paraguaio**

Período	Taxa de Crescimento	Evento econômico	Evento Político
1965-1973	4,2%	Binacional Itaipu	Consolidação autoritária
1974-1981	9,0%	Boom da Soja e do Algodão	Consolidação autoritária
1981-1988	2,0%	Retração	Colapso autoritário
1989-1989	2,5%	Estancamento	Transição

Fonte: Rolon (2010).

Para Stroessner, Itaipu lhe foi muito útil como um dos fatores de legitimação interna, além dos ganhos mais evidentes no sentido da modernização econômica e da possibilidade da acomodação de setores do empresariado e milhares envolvidos com o projeto, além de livrar-se do jugo argentino (Rolon, 2011). De acordo com Fernando Masi (2008), os benefícios diretos e indiretos que Itaipu passou a proporcionar ao Paraguai não fazem parte de um plano econômico organizado pelo governo Stroessner. Tais benefícios decorrem da abertura em relação ao Brasil, que possibilitou a entrada e circulação inédita de capitais no país. No entanto, o Estado paraguaio não soube aproveitar seu novo potencial energético para atrair investidores e industrializar a região.

Com o fim da Guerra Fria e com a conseqüente abertura política dos países da América do Sul, a ditadura *stronista* ficou isolada no cenário internacional. Seus antigos aliados, Brasil e EUA, passaram a exigir a sua democratização. Conforme Simón G.

<sup>5</sup> Com a entrada de Fernando Lugo ao poder do Paraguai, os termos desse acordo seriam revisados. Sobre esse assunto, trataremos no próximo bloco.

(2000), a partir dessa mudança política interna, dever-se-ia começar uma nova etapa nas relações exteriores do Paraguai, cuja natureza exigia a superação imediata do isolamento político internacional dos anos finais do autoritarismo. Esse isolamento decorria, como verifica o autor, das novas dinâmicas do jogo político global. Na América do Sul Uruguai, Argentina e Brasil já haviam estabelecido a democracia. Desse modo pressionavam a liberalização paraguaia, como condição para incorporá-lo no já idealizado Mercosul.

Outra forte base de sustentação do regime, os EUA, havia abandonado sua agenda de combate ao avanço do comunismo no continente, a partir da queda da União Soviética. Novas demandas no sentido de direitos humanos e democracia se tornariam prioridades (Kfuri e Lamas, 2008). Com isso, a ditadura de Stroessner seria uma ilha de autoritarismo em meio a fortes correntes democratizantes que vinham de todos os lados.

Em 1989, Stroessner deixou o poder, após 35 anos à frente do Paraguai. No período em que foi governado pelo Partido Colorado, foram firmados os acordos mais substanciais entre Brasil e Paraguai, garantindo ao Brasil supremacia sobre a Argentina no país. A prevalência se deve muito ao número de brasileiros e seus descendentes, os chamados *brasiguaios*, que, assim como Stroessner previa, alavancaram a economia através do cultivo da soja - principal item de exportação e fatia decisiva da economia. “Em 2006, os *brasiguaios* possuíam 1 milhão e 200 mil hectares de terra, o que significava 40% da superfície total dos departamentos limítrofes ao Brasil” (Soares, 2007).

Atualmente os brasileiros são responsáveis por 80% da soja produzida em terras paraguaias – que representa 30% do PIB local<sup>6</sup>. “Porém, se hoje o Paraguai é um dos principais exportadores de soja, ele é também um grande comprador de produtos manufaturados brasileiros. Este comércio é facilitado em grande parte pelos *brasiguaios*, que asseguram ao Brasil uma extensão de seu mercado” (Figueiredo e Filippi, 2005).

Passados mais de 40 anos do início do processo migratório, não há um número preciso do tamanho da população brasileira no Paraguai. Estimativas realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil indicam que há pelo menos 300 mil brasileiros no país. Este tema também passaria a ser discutido com maior afinco após a

---

<sup>6</sup> O Paraguai é o quarto exportador mundial de soja.

abertura democrática, juntamente da questão de Itaipu, que seria vista com maior atenção pelos grupos políticos, movimentos civis e opinião pública paraguaios.

### **Abertura democrática, ascensão e queda de Lugo: o que muda na relação Brasil-Paraguai?**

A literatura dedicada à análise da ditadura stronista é unanime na afirmação de que tal ditadura se sustentou ao longo de 35 anos sobre as bases de três elementos fundamentais: o Partido Colorado, Estado e Forças Armadas (Abente, 2012; Rolon, 2010; Soler, 2009; Simón G., 2000).

Como Jorge Luís Simón G. (2000) sustenta em seu trabalho, essa estrutura penetrou fortemente em toda política externa paraguaia. O partido, articulado pelo caudilho, seria a cabeça pensante dessa estrutura. Desse modo, assim como nos demais setores públicos do país, penetrado pelo clientelismo, patrimonialismo e corrupção (Rodríguez, 1991), a diplomacia paraguaia se tornaria refém dessa estrutura partidarista, em que não prevalecia nem o mérito como forma de entrada, nem existia autonomia do Ministério de Política Exterior frente o comando do partido colorado e do caudilho.

Ao longo dos 35 anos de poder de Stroessner e de sua habilidade em jogar com as rivalidades locais entre Brasil e Argentina, bem como com os interesses norte-americanos na região, pela primeira vez na história a política externa paraguaia teve uma linha de continuidade. Sabendo tirar vantagem dessas dinâmicas e oportunizar bons acordos para o seu país (Kfuri e Lamas, 2008, Simón G., Rolon, 2011). Com a queda de Stroessner, o partido continuou tendo importante inserção nos quadros de política externa paraguaios. No entanto, se antes havia um monopólio dos quadros diplomáticos advindos do Partido Colorado, após a abertura política, viu-se a “divisão do bolo” com os principais partidos da arena política, o Partido Liberal Radical Autêntico (o segundo maior partido do país) e o Partido Encuentro Nacional (Simón G., 2000).

Nesse cenário, a política externa continuaria dependente, assim como na era stronista, do partido em que estivesse no poder, com a diferença de que, ao ingressarem novos partidos nessa dinâmica, iniciou-se um processo de competição entre os atores que buscavam o comando desse ministério. Tal competição se definia geralmente entre negociações e barganha política entre os dois principais partidos, o Colorado e Liberal. Dessa feita, o partido que comandaria a política externa também daria as diretrizes da ação do país no plano internacional. Não podendo, desse modo, verificar qualquer

coerência ou continuidade na política externa paraguaia pós-Stroessner (Simón G., 2000).

A democratização, num primeiro momento, não significou a mudança dos termos que traçaram as relações entre Brasil e Paraguai durante a era Stroessner. Com a continuidade colorada, houve a manutenção das políticas feitas no passado, especialmente no que se refere à Itaipu e posição frente os brasiguaios. Essa política externa ainda regida pelo presidente, denominada por Simón G.(2000) de “diplomacia presidencial”, impede a visualização de coerência e de trajetória contínua dentro das ações do MPE paraguaio. As ações são realizadas não partindo de um planejamento prévio, mas tomadas *ad hoc*, conforme as exigências e planejamentos dos seus interlocutores internacionais, o que mesmo autor passou a chamar de política externa de “arrasto”.

Se como mostram Kfuri e Lamas (2008), se num determinado momento histórico a política externa paraguaia seguia o sentido pendular entre Argentina e Brasil, mais tarde o pêndulo passou a alternar sua direção ora para os vizinhos sul-americanos, ora para os EUA. No entanto, não é possível inferir que a tentativa de obter vantagens entre a tensão dos interesses dos parceiros Brasil, Argentina e Uruguai e dos interesses específicos que a potência estadunidense tem na região é parte de uma política calculada ou, apenas, mais uma característica de uma política, já descrita, marcada pela incoerência e falta de trajetória contínua.

Em 2008, com o ingresso de Lugo, há um afastamento do paradigma norte-americano e o reforço dos laços com os vizinhos do continente. O Brasil, com isso, continuou exercendo importante papel no Paraguai, mesmo que com o novo governo tivesse que lançar mão de uma política de concessões. Por outro lado, ficou evidente que existia uma forte pressão social para que o país assumisse uma postura mais forte com direção ao Brasil no que se refere aos acordos assinados no passado.

A agenda externa do presidente da *Alianza Patriótica para el Cambio* implicava negociações com o Brasil, visando redefinir os termos de Itaipu. No plano interno, os brasiguaios, também seriam afetados com a entrada do novo governo. A proposta de elevar as taxas de impostos para produtores agrícolas impactaria diretamente sobre a população. Outra promessa que afetaria os interesses dos brasiguaios seria a tentativa de



promover a reforma agrária, o que significaria a revisão de documentações que garantem o direito dos brasiguaios à propriedade<sup>7</sup>.

O descontentamento dos paraguaios com a repartição dos benefícios de Itaipu e com a “invasão” de brasileiros no país, fez com que os principais pilares da campanha de Lugo fossem voltados à revisão do acordo de Itaipu, ao aumento dos impostos para os agroexportadores e à reforma agrária. Tais propostas inflaram o sentimento nacionalista - presente também nos jornais paraguaios. Deste modo, a questão energética era tida como ponto prioritário, independentemente do partido que fosse vencedor.

No outro lado da arena, estava a imagem brasileira apresentada pelo principal jornal do país, *ABC Color*, como “*um país explorador, ligado à política despótica exercida pelo Partido Colorado durante a era Stroessner*”. Os títulos de suas reportagens, ao longo de 2008, vinham no sentido de denúncia, “*Brasil explora o Paraguai em Itaipu*”<sup>8</sup>. Como pondera José Rolon (2011), o acordo assinado no tempo das duas ditaduras militares, só pôde ser questionado em tempos democráticos, pois, na percepção paraguaia, os termos do acordo favorecem amplamente o Brasil, deixando-o em grande desvantagem econômica e dependente deste.

Mesmo com a teórica identificação política do presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva com o grupo político de Lugo, inicialmente, o mandatário brasileiro não se mostrou disposto a renegociar o acordo de Itaipu<sup>9</sup>.

Durante a campanha eleitoral, Lugo defendeu que caso fosse eleito elevaria a cota de arrecadação anual dessa fonte para 1,5 bilhões de dólares anuais, em contraste com os 120 milhões de dólares recebidos pela venda de 45% do excedente energético paraguaio. Após longo debate, e resistência brasileira em aceitar redefinir os termos do acordo, em 2009, o Brasil concordou em triplicar o valor pago pela energia paraguaia. Dos 2,81 dólares por Mw/h, o valor passou a ser 8,43<sup>10</sup> dólares, o que significa um total

---

<sup>7</sup> Sobre os Brasiguaios ver José Lindomar de Albuquerque (2005a; 2005b).

<sup>8</sup> Acesso 12/09/2011

Disponível em/ <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL418955-5602,00-PRIORIDADE+DE+NOVO+GOVERNO+PARAGUAIO+SERA+ITAIPU+DIZ+JORNAL.html>

<sup>9</sup> Quando questionado sobre o assunto, após a eleição paraguaia, de 2008, afirmou que “*em Itaipu, nós temos um tratado e ele vai se manter*”.

Acesso 13/10/2011

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,coalizao-de-lugo-se-prepara-para-definir-governo-paraguaio,160311,0.htm>

<sup>10</sup> Acesso 15/09/2011

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/05/12/itaipu-entenda-como-a-negociacao-entre-brasil-paraguai-924449592.asp>

de 360 milhões de dólares anuais, montante quatro vezes inferior aos valores mencionados durante a campanha, mas três vezes superior ao recebido anteriormente.

Outro ponto importante da agenda política paraguaia girava em torno dos problemas relativos à questão agrária. A proibição do governo para a compra de terras por estrangeiros num raio de 50 quilômetros da fronteira, aprovada pelo congresso em 2004, reforça a ideia de que a questão dos brasiguaios era um dos principais focos de interesse do governo guarani, com a democratização (Albuquerque, 2005a).

Neste contexto, os conflitos entre brasileiros e paraguaios se tornaram cada vez mais comuns. Contudo, o recrudescimento das tensões não se explica pela chegada de Lugo ao poder, uma vez que a situação já era latente, embora controlada pelo regime de Stroessner. O surgimento de grupos radicais como o Exército do Povo Paraguai acalora os sentimentos nacionalistas e xenófobos no país (Abente, 2012).<sup>11</sup> Os produtores de soja brasiguaios seriam os principais afetados com a política redistributiva, na medida em que parte deles adquiriu propriedades em condição irregular, nos anos 1970 (Albuquerque, 2005b).

A violência no campo tornar-se-ia rotina e o governo precisava administrar os interesses dos produtores de soja e das centenas de trabalhadores sem-terra. O epílogo dessa refrega ocorreria no dia 15 de junho, quando foram mortos seis policiais e onze sem-terra na desocupação de uma fazenda em Curuguaty, fato que desencadeou o processo de impeachment do presidente. A onda de insegurança no Paraguai, um ato político de manifestantes de esquerda em uma instalação militar, em 2009, e o apoio à aprovação do Protocolo de Ushuaia foram os outros fundamentos para pedir a saída do presidente.

O novo governo, assumido por Frederico Franco não seria reconhecido pelos vizinhos. A consequência da deposição foi a suspensão do país da Unasul e do Mercosul como forma de retaliação. Com o Paraguai fora, incluiu-se dia 31 de junho a Venezuela no mercado comum, contando com o aval de Brasil, Argentina e Uruguai.

Desde que assumiu o poder, Franco tem adotado um discurso forte em relação aos países fronteiriços: não reconhece as decisões tomadas pelos organismos internacionais e ameaça sair do Mercosul. A imprensa paraguaia sinaliza a possibilidade de o país ingressar no Bloco do Pacífico, juntando-se a México, Colômbia, Peru e

---

<sup>11</sup> Sobre a ação do EPP, Lugo seria sistematicamente acusado pela oposição de apoiar este movimento armado. Por outro lado, também era criticado pelos movimentos camponeses, que o apoiaram durante a campanha, de não cumprir sua promessa de reforma agrária.

Chile<sup>12</sup>. O ingresso da Venezuela desagradou às elites paraguaias, argumentando que o bloco vem sendo utilizado como um instrumento ideológico. Em entrevista para a *Folha de S. Paulo*, Franco teria declarado que o Mercosul se tornou “um clube de amigos<sup>13</sup>”

Como já fora enfatizado, se no passado a política externa pendular passava pela influência de Brasil e Argentina na região, com a democratização, o pêndulo inverteu sua rota no sentido do Mercosul e dos EUA (Kfuri e Lamas, 2008). A relação assimétrica entre o Paraguai com seus vizinhos Brasil e Argentina foi instrumento para que o país conseguisse obter melhores resultados no plano doméstico. O interesse dos EUA no país, evidentemente não é econômico, mas estratégico. Vê na região um importante local para sua política de segurança, tentando evitar a proliferação de guerrilhas internas como as Farc, na Colômbia, diminuir a ação do contrabando, pirataria e tráfico de drogas (Kfuri e Lamas, 2008; Simón G., 2000). Durante o governo Lugo, houve o afastamento do país do eixo norte-americano e maior aproximação com os vizinhos, buscando promover sua autonomia (Pozas, 2007).

A queda de Lugo e suspensão paraguaia do Mercosul significa não só retorno do paradigma norte-americano na região, mas também a busca dos novos governantes por alternativas internacionais, como o seu ingresso no Bloco do Pacífico junto de Peru, Colômbia, Chile e México<sup>14</sup>.

Contudo, levando-se em conta o padrão de descontinuidade da política externa paraguaia, torna-se bastante limitada a capacidade de prever se a busca paraguaia por novos parceiros é uma condição circunstancial de um país que, sob pena de ficar novamente isolado, busca novos parceiros. Outra dúvida é se esta guinada é resultado de algo mais duradouro, levando o país a novas direções no plano internacional, distanciando, com isso, a prevalência brasileira sobre o país.

### **Considerações finais:**

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/paraguay-analiza-ingreso-al-bloque-del-pacifico-436520.html> Acesso: 11/08/2012

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/mercosur-es-un-club-de-amigos-y-venezuela-financia-terrorismo-434803.html> Acesso: 11/08/2012

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/paraguay-analiza-ingreso-al-bloque-del-pacifico-436520.html> Acesso: 12/08/2012.

Durante os 35 anos da ditadura Alfredo Stroessner, firmaram-se parcerias estratégicas que uniriam os dois países, afastando a supremacia argentina na região. Com a democratização esses acordos passaram a ser alvo de crítica dos grupos de oposição ao Partido Colorado, em especial o acordo de Itaipu e a política *stronista* de abertura da fronteira, permitindo a chegada em massa de estrangeiros.

O ingresso de Fernando Lugo representa também a vontade dos paraguaios de que se efetivassem mudanças frente a esses temas, desejando uma postura mais forte frente ao país vizinho. Durante o governo, Lugo não conseguiu cumprir suas propostas de campanha, perdendo gradativamente sua credibilidade com o eleitorado em virtude das sucessivas crises de governo envolvendo o vice, do tradicional Partido Liberal, Frederico Franco. Sem bases de apoio no parlamento, Lugo sucumbiu após o conflito de Curuguaty, que seria a gota d'água para a abertura do processo de impeachment por “mau cumprimento de suas funções”.

Na história recente, dentro da agenda das relações exteriores do Brasil para com o vizinho, o principal foco de ação e de estratégia foi direcionado à questão energética, vinculado à Itaipu. O discurso oficial de que a construção da usina consolidou uma relação de amizade esconde a insatisfação dos paraguaios com o acordo, isto se evidencia pela a opinião pública do país, criticando um pacto desfavorável aos seus olhos. Os brasiguaios passaram a ser também um problema para a diplomacia brasileira com o aumento da violência na relação entre brasileiros e paraguaios. Isso fez o Brasil passar a exigir do governo guarani garantias de propriedade e de segurança para a comunidade brasiguai.

O cenário de instabilidade política no Paraguai pode refletir na relação futura dos dois países. O não reconhecimento do novo governo por parte do Estado brasileiro, a suspensão do Mercosul e a subsequente inclusão da Venezuela podem significar uma oportunidade para que o Paraguai aperte ainda mais cerco em relação ao acordo de Itaipu e busque compor novas parcerias comerciais no plano internacional. Neste possível cenário, o Brasil passará a dividir terreno com novos jogadores dentro da política paraguaia.

Contudo, não se pode inferir nem que a influência brasileira diminuirá a curto e médio prazo, no sentido de que, inevitavelmente, o Paraguai terá de continuar ligado ao Brasil no que se refere à Itaipu e ao grande impacto que país exerce como importante destino para as exportações paraguaias. Num segundo plano, não há nenhuma evidência de que com a chegada de um novo governo, Colorado ou não, a tendência de

distanciamento entre Paraguai e Brasil (e por consequência Mercosul) venha a se confirmar. Pelo contrário, se existe uma forte tendência dentro da política externa paraguaia é a de descontinuidade e a de dependência do partido e do presidente no poder.

### **Referencias bibliográficas:**

ABENTE, Diego. Estabilidad y calidad de la democracia en Paraguay. **América Latina Hoy**, vol. 60, 2012.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay. In: FORGEL, Ramón e RIQUELME, Marcial. **Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza**. Asunción: centro de estudios rurales interdisciplinarios, 2005a.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a migração brasileira no Paraguai**. (Tese doutorado em sociologia pela Universidade Federal do Ceará), 2005b.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Os brasiguaios e os conflitos sociais e nacionais na fronteira Paraguai-Brasil, **Análise de Conjuntura**. OPSA-IUPERJ. Rio de Janeiro, Fev.2009b.

ALMARZA, Sara. Situações culturais na América Latina: alguns exemplos. **Cerrados (UnB)**, v. 27, p. 133-141, 2009.

BARREDA, Mikel; BOU, Marc. La Calidad de la democracia paraguaya: un avance sobre caminos tortuosos. **América Latina Hoy**, vol. 56, diciembre, 2010.

BACAGIOLI, Alberto. **Brasiguaios: trajetórias migratórias e luta pela terra** (dissertação de mestrado em sociologia pela UFRGS), 1991.

CARRERAS, Luis Antonio Fretes. La consolidación democrática en Paraguay. **América Latina Hoy**, vol. 60, 2012.

CIENTRO DE INFORMACIÓN Y RECURSOS PARA EL DESARROLLO – CIRD. Cultura política y prácticas de gobernabilidad democrática, 2002.

CHIVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CONSULTA MITOFSKY. **Aprobación de mandatarios: América y el mundo**, 2012.

DE RIZ, Liliana. Los dilemas de la democracia paraguaya. **Cultura política e alternancia en América Latina**, Ed. Pablo Iglesias.

FIGUEREDO, Oscar Agustín; FILIPPI, Eduardo Ernesto. O Paraguai e sua inserção econômica na globalização: o caso da soja. **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto, jul. 2005.

MARTINI, Carlos. Paraguay: comieza la democracia? **Nueva Sociedad**, n. 161, 1999.

MASI, Fernando. Paraguai-Brasil: a necessidade de uma nova agenda. **Interesse Nacional**, out/dez. 2008.

- MORAES, Ceres. **Paraguai**: a consolidação da ditadura Stroessner – 1954-63. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- PA, ALFREDO BOCCIA. Los “archivos del horror” del Paraguay: los papeles que resignificaron La memoria del stonismo. FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula. **Ditadura e democracia na América Latina**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2008.
- PALAU, Tomás. Las buenas intenciones no bastan. Es el proyecto de Lugo sólo un nuevo intento? **Novapolis**, n. 2, 2007.
- POZAS, Luis Miguel Uharte. El gobierno de Lugo: transición, cambio político y nueva ecuación democrática. **Nuevapolis**,n.4, 2009.
- POZAS, Luis Muiguel Uharte. El proceso de democratización paraguayo: avances y resistencias. **América Latina Hoy**, vol. 60, 2012.
- RECALDE, Liliana Duarte. Variaciones del comportamiento electoral en Paraguay. **América Latina Hoy**, 60, 2012.
- RODRÍGUEZ, José Carlos. Los laberintos de la obediencia: Paraguay de 1954-1989. **Nueva Sociedad**, N. 112, 1991.
- \_\_\_\_\_, José Carlos. Paraguay: mansa transición democrática. **Nueva Sociedad**, 127, 1993.
- \_\_\_\_\_, José Carlos. Paraguay: transición sin alternancia. **Nueva Sociedad**, n. 157, 1998.
- \_\_\_\_\_, José Carlos. El cambio frágil de Paraguay. **Nueva Sociedad**, n. 220, 2009.
- ROLON, José Aparecido. Política e poder no Paraguai. **Cadernos PROLAM/USP** (Ano 9 — Vol. 2 — 2010).
- ROLON, José Aparecido. **Paraguai**: transição democrática e política externa, ANNABLUME: São Paulo, 2011.
- SANTOS, Eduardo Heleno. Alternância política e coalizão no presidencialismo paraguaio. **Observador On-Line**, v.5, n.09, set. 2010.
- SILVEIRA, Helder Godim. **Argentina x Brasil**: a questão do Chaco boreal. EDIPUCRS: Porto Alegre, 1997.
- SIMÓN G, José Luís. O Paraguai da transição: democracia de baixa qualidade e política externa de “arrasto”. Política externa na América do Sul – **Cadernos Adenauer**, n.7, 2000.
- SOARES, Maria Susana Arrosa. O Paraguai: um país desconhecido. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – **CNPEPI**, 2007.
- SOLER, Lorena. Viejas estructuras para nuevos actores? Transformaciones del orden político y la democracia en Paraguay (1989-2008). **Concurrencias y Controversias Latinoamericanas**, ALAS, n. 2, ano 1, set, 2009.